

Tempos de tormenta: como os movimentos sociais conquistaram a classe política para a derrubada da ditadura no Brasil?

Stormy Times: How did Social Movements Conquer the Political Class for the Overthrow of the Dictatorship in Brazil?

Pedro Carneiro Teixeirense*

Resenha: PITTS, Bryan. **Until the Storm Passes.** Politicians, Democracy, and the Demise of Brazil's Military Dictatorship. Oakland: University of California, Press, 2023.

Palavras-chave: ditadura (1964-1985); mobilização popular; historiografia; democratização.

Keywords: Dictatorship (1964-1985); Popular Mobilization; Historiography, Democratization.

Ao longo da última década, nenhum dos temas debatidos pela historiografia brasileira foi tão recorrente no debate público quanto aqueles relacionados à história da ditadura militar (1964-1985). Por um lado, podemos atribuir esse fenômeno não apenas a uma mudança significativa no acesso a fontes de pesquisa, mas também ao estabelecimento tardio de mecanismos de justiça de transição, destinados a superar um passado marcado por graves violações de direitos humanos. A adoção de nova legislação relativa à gestão e ao acesso a documentos públicos no país, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI n. 12.527), a atuação do Arquivo Nacional, na chamada abertura dos “arquivos secretos da

* Pedro Carneiro é doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 2018, sua tese de doutorado foi contemplada com o Prêmio Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. No ano passado, publicou a obra *A invenção do inimigo. História e memória dos dossiês e contradossiês da ditadura militar brasileira (1964-2001)*. Entre 2015 e 2016 trabalhou como pesquisador no Instituto para Movimentos Sociais da Ruhr Universidade de Bochum. Mais recentemente, concluiu o pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil), trabalhando em pesquisas inovadoras no campo da história digital. Desde 2022 é pesquisador associado do Departamento de História na Ruhr Universidade de Bochum (Alemanha). E-mail: pedro.carneiro@rub.de. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5470-2108>.

ditadura militar”, e a criação da Comissão Nacional da Verdade são apenas alguns exemplos de iniciativas (“iniciativas proativas”) que alçariam as pesquisas acadêmicas sobre a história da ditadura brasileira a um novo patamar.

Por outro lado, a chegada da extrema direita ao poder, com a eleição de Jair Bolsonaro em outubro de 2018, despertou diferentes reações na produção acadêmica sobre as duas décadas de ditadura militar. Ao desconfigurar iniciativas de justiça de transição, como a atuação da Comissão de Anistia, e exaltar torturadores reconhecidos, como o caso de Carlos Alberto Brilhante Ustra, por exemplo, o governo Bolsonaro encontrou expressiva resistência na historiografia brasileira. A produção acadêmica sobre os usos políticos do passado e sobre o negacionismo em torno da ditadura de 1964 atingiu padrões quantitativos e qualitativos eloquentes. Assim, as medidas adotadas pela nova administração, a partir de janeiro de 2019, promoveram contraditoriamente iniciativas (“iniciativas reativas”) no campo dos estudos históricos.

Dessa forma, a historiografia sobre a ditadura militar passou por transformações importantes ao longo da última década. Como demonstram os argumentos acima, parece razoável dizer que, até certo ponto, esse fenômeno é o produto mais imediato da interseção entre política e pesquisa acadêmica. Não é preciso dizer que tal circunstância ocorre frequentemente no desenvolvimento de estudos no campo da chamada História do Tempo Presente. E isso também parece ser o caso, quando se trata da história da ditadura militar no Brasil.

A “década tempestuosa”, o período entre 2013 e 2023, foi marcada por uma profunda crise ética, social e econômica que questionou a legitimidade do sistema político brasileiro. De fato, o que poderia ser descrito como uma disputa entre forças progressistas e conservadoras deve ser analisado no contexto mais amplo das contradições herdadas do regime ditatorial, que tem moldado o funcionamento da sociedade brasileira desde 1964. Esse “estado de discórdia” permanente contribuiu para o crescente interesse nos temas relacionados à história da ditadura militar no Brasil. Todas essas mudanças foram acompanhadas pelo surgimento de estudos e teses que buscam analisar a história da ditadura brasileira por meio de novas fontes, metodologias e hipóteses.

Entre as numerosas obras que surgem nessa nova etapa da produção historiográfica, um livro recentemente publicado por Bryan Pitts merece destaque: *Until the Storm Passes: Politicians, Democracy, and the Demise of Brazil’s Military Dictatorship*.¹ A obra oferece uma análise profunda dos eventos históricos que levaram à queda da ditadura militar no Brasil. Por meio de uma pesquisa meticulosa e exame crítico de fontes primárias e secundárias, Pitts investiga o cenário político brasileiro, ao longo dos anos turbulentos que antecedem a queda da ditadura, destacando o papel fundamental desempenhado pela classe política na restauração da democracia no país.

1 PITTTS, Bryan. **Until the Storm Passes**. Politicians, Democracy, and the Demise of Brazil’s Military Dictatorship. Oakland: University of California, Press, 2023.

O autor sustenta que a elite política nacional, traumatizada pelos efeitos prejudiciais da tutela militar após duas décadas de ditadura, começou a abraçar novas possibilidades de participação popular nos assuntos públicos. Em grande parte, segundo ele, isso se deve não apenas ao compromisso com a noção de democracia, mas também ao fato de que essa mesma elite precisava da colaboração das classes populares para romper o cerco do regime militar. Portanto, deve-se observar que o foco que o livro atribui ao papel desempenhado pela classe política, ao longo do processo de democratização no Brasil, não equivale a ignorar o papel relevante que movimentos sociais desempenharam no mesmo processo. O livro lança luz sobre o papel histórico de vários movimentos sociais, como o movimento sindical organizado e outros movimentos sociais ligados à Igreja Católica. De maneira semelhante, o autor realiza uma análise sucinta das contribuições advindas dos chamados “novos movimentos sociais”, abrangendo o movimento feminino, o movimento negro e o movimento LGBTQI+.

Para sustentar sua afirmação, o historiador traça a trajetória da ditadura militar brasileira desde sua implementação, no ano de 1964 –embora a narrativa do livro comece em 1968– até seu colapso eventual no início dos anos 1980. Ao longo dessa jornada, ele examina as dinâmicas entre o regime militar, políticos civis, movimentos sociais e atores externos. Pitts apresenta um retrato vívido dos desafios enfrentados pelos políticos ao se oporem à ditadura, enquanto trabalhavam em um programa de transição para a democracia. A narrativa é abrangente, entrelaçando o contexto histórico, a complexa interação dos atores e as diversas perspectivas ideológicas que moldaram o cenário político do Brasil durante esses anos tumultuados.

“Como a elite política brasileira apoiou a visão de Lula de reduzir as desigualdades de classe e de raça e, apenas alguns anos depois, respaldou a agenda da extrema direita de Bolsonaro?”

A aparente contradição que parece marcar as escolhas de atores relevantes na política nacional no passado recente é o questionamento inicial que introduz este trabalho. A estrutura teórica da proposta evidencia a interseção entre questões políticas atuais e o fazer historiográfico; uma das características que poderiam atestar a inserção do livro de Bryan Pitts no novo ciclo de estudos históricos que emerge ao longo da última década. Além dessa característica, o autor procura se distanciar da maioria das pesquisas no campo das ciências sociais, ao atribuir um papel decisivo à classe política na queda da ditadura. Ao propor um novo quadro para o choque recorrente entre dicotomias conceituais, Bryan Pitts desafia a literatura tradicional ao propor crítica sobre as recorrentes explicações que buscam elucidar o surgimento, a consolidação, o enfraquecimento e a queda do regime.

Em uma crítica contundente à literatura produzida por cientistas sociais sobre a ditadura militar, o autor afirma que, nas últimas cinco décadas, certos debates permaneceram em

curso. Quando se trata de explicações gerais sobre o regime, os estudos focaram em questões de agência (quem) e causalidade (o quê). Particularmente relevante para sua proposta é o debate sobre os processos históricos que marcaram o fim da ditadura militar. Segundo o autor, muita tinta foi gasta por uma tradição intelectual que insiste em promover a tese de que o fim da ditadura deve ser compreendido em torno da dicotomia entre “poder militar” e “sociedade civil”. Essa posição teórica pode ser resumida na seguinte pergunta: “Quem mereceu mais crédito pela queda do regime, os generais que permitiram a liberalização e se retiraram voluntariamente ou a sociedade civil que os pressionou a cada passo?”

A crítica proposta pelo autor aspira a apoiar a hipótese sobre a relevância da classe política diante do colapso da ditadura militar. Para Pitts, tanto a proeminência do poder militar quanto a relevância da sociedade civil, como chaves explicativas para os temas centrais dos estudos sobre a ditadura brasileira, acabaram configurando uma tradição intelectual que minimiza o papel da classe política quando se trata de explicar a queda do regime militar. A estrutura teórica da crítica proposta pelo autor é completada com algumas reflexões sobre o tema da causalidade. Segundo Pitts, esse tópico foi elaborado pela literatura acadêmica com base em explicações funcionalistas, que podem ser agrupadas em duas frentes. Por um lado, por perspectivas como as promovidas dentro da teoria da dependência, a abordagem da desigualdade econômica ou, também, estudos sobre o funcionamento das instituições políticas. Por outro lado, a questão da escolha racional que impulsiona o processo histórico. Embora a atribuição de causalidade no formato analisado tenha encontrado um importante refúgio em correntes metodológicas mais amplas da ciência política, segundo o autor, essa abordagem também é familiar à historiografia.

O recurso da crítica teórica serve a um duplo propósito: em primeiro lugar, destaca as limitações dentro da produção acadêmica, relacionada à ditadura militar brasileira; em um segundo plano, funciona como fundamento para o uso abrangente do conceito de “Classe Política”, tema central na tese do autor. Discernir a utilização dessa estratégia nos auxilia a compreender a vulnerabilidade que, no livro de Bryan Pitts, fica associada à aplicação desse conceito. Ciente da natureza fundamental dessa noção no quadro teórico de sua tese, Pitts avança na delimitação do termo “Classe Política”, baseado em sua interpretação dos elementos fundamentais que caracterizam o cenário social, econômico e político do Brasil.

Em sua proposição, o espectro da classe política abrange indivíduos pertencentes a elites civis que, em virtude de sua linhagem, riqueza, vocação ou educação, optam por se envolver no processo de tomada de decisões políticas em plataformas locais, estaduais ou nacionais, muitas vezes por meio de processo eleitoral ou por indicação política. Esse coletivo inclui um espectro de atores como políticos experientes, magnatas empresariais, profissionais como advogados, médicos, engenheiros, professores universitários e muitos outros membros das “profissões liberais”. Devido às disparidades regionais históricas, “a classe política federal é efetivamente composta por delegados das vinte e seis classes políticas estaduais”.

Daqui em diante, o conceito elaborado por Pitts encontra-se intrincadamente entrelaçado com a disposição do federalismo brasileiro. Lamentavelmente, o livro não explora a importância histórica desse quadro para a organização estatal, omitindo análises comparativas, como entre o modelo delineado pela Constituição de 1946 e o reiterado esforço de organização do modelo federativo contemporâneo. É imperativo destacar que, dentro do paradigma brasileiro, as unidades federativas possuem autonomia política, administrativa, fiscal e financeira, e convergem na criação de um governo central por meio de um pacto federativo. No entanto, essa estrutura enfrenta evidentemente limitações políticas que relegam o modelo ao reino do formalismo teórico. Consequentemente, poderia ser postulado que a aplicação do conceito dentro do trabalho examinado exibe um grau de fragilidade teórica, tornando a compreensão desafiadora. Embora sua aplicação não comprometa a essência fundamental da tese do autor, a fragilidade mencionada inevitavelmente dá origem a ambiguidades em relação a noções essenciais como “classe política”, “elite”, “oligarquia” e outras.

A tarefa de delinear o termo “classe política” permanece inadequadamente explorada no conjunto da literatura atual. Essa deficiência se estende a investigações sociopolíticas sobre esse assunto, bem como ao domínio das chamadas “ciências sociais democráticas”, que testemunharam uma aceleração recente na exploração de estudos sobre as elites. Dentro dessa trajetória intelectual, a aplicação do conceito como apresentado no livro não permite a formulação de argumento convincente. Consequentemente, o dilema de desvendar a essência intrínseca da “classe política”, desvendar suas características distintas e discernir sua estrutura em diversos paradigmas sociais e políticos requer uma investigação mais ampla e profunda. Portanto, nesse aspecto específico, o livro lida com a mesma deficiência de clareza que parece caracterizar as discussões sobre o conceito de “classe política” de modo geral. Ao longo de suas páginas, a aplicação desse conceito específico (“classe política”) é consistentemente empregada para denotar o engajamento profissional (atividade parlamentar), que pode ser ainda categorizado sob os rótulos de “profissionalização da política” e “envolvimento político inerente”.

O livro está dividido em sete capítulos que investigam momentos cruciais e atores-chave que contribuíram para a queda do regime militar e o estabelecimento de um arcabouço democrático. Pitts adota uma abordagem de escrita criativa, percorrendo diferentes momentos históricos, ao longo das duas décadas da ditadura, fazendo da leitura do livro uma aventura estimulante.

Nos dois primeiros capítulos, o autor delimita as bases de suas teses sobre o papel da classe política na democratização do Brasil. O livro narra um confronto historicamente relevante entre os militares e a elite política devido ao ressurgimento do movimento estudantil de esquerda, no qual figuras proeminentes incluíam os filhos de parlamentares. A ditadura reagiu energeticamente às manifestações de políticos, que condenavam às ações repressivas

adotadas contra o movimento estudantil e, conseqüentemente, exigiu que a Câmara dos Deputados autorizasse o julgamento de um deputado da oposição que supostamente havia insultado as Forças Armadas em discurso pronunciado no Congresso. O Capítulo 2 aprofunda os eventos subsequentes, nos quais a Câmara dos Deputados promoveria debate interno para determinar se a imunidade parlamentar do deputado acusado deveria ser revogada. Esse incidente, que ocorreu após os quatro primeiros anos da ditadura, durante os quais os militares usurparam prerrogativas da classe política, foi determinante para a decisão parlamentar de estabelecer um limite para a ingerência do Poder Executivo sobre o Congresso: o Parlamento não estava disposto a tolerar mais nenhuma ação.

O período que começa com a aprovação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, é objeto do terceiro capítulo. Em 1969, a classe política seria severamente punida pela ditadura. Além disso, os militares empreenderam reformas constitucionais para impedir qualquer recorrência da rebelião parlamentar do ano anterior. Conforme detalhado no Capítulo 4, houve uma reação multifacetada no Congresso aos atos militares. Enquanto alguns políticos escolheram operar dentro do sistema, participando de eleições e enfatizando questões cotidianas que ressoavam com suas bases eleitorais –aguardando “debaixo da árvore que a tempestade passasse”– outros jovens membros da oposição estavam determinados a desafiar o regime de frente. O início do governo do general-presidente Ernesto Geisel marca a adoção de medidas para garantir a continuidade da cooperação da classe política.

O clímax do livro é alcançado ao longo dos capítulos finais. O quinto capítulo explica como a tentativa do regime de ser mais liberal trouxe consigo conseqüências inesperadas. As análises giram em torno das disputas eleitorais que marcam o início do governo Geisel. Nas eleições legislativas de 1974, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) surpreendeu os militares ao conquistar um número significativo de assentos no Senado e na Câmara dos Deputados. Essa vitória levou os militares a lançarem uma violenta campanha contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que eles acreditavam ter desempenhado um papel fundamental no sucesso do MDB. O autor dedica o próximo capítulo a examinar como os políticos responderam a greves massivas na periferia de São Paulo, lideradas pelo futuro presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Alguns políticos passam a aceitar uma maior participação popular na cena política, o que se expressa por meio do apoio que membros da oposição oferecem aos trabalhadores grevistas, tanto no Congresso quanto nas ruas. O sucesso e as limitações dessa coalizão foram evidentes durante a sucessão presidencial de 1984.

Finalmente, o último capítulo explora como as manifestações das Diretas Já! foram apoiadas por políticos, incluindo alguns apoiadores do regime militar. No entanto, quando as manifestações não foram capazes de persuadir o Congresso a restabelecer as eleições diretas por meio de uma emenda constitucional, a maioria dos parlamentares voltou às habituais negociações de bastidores para resolver as disputas. O autor conclui que o melancólico fim da “Revolução” não se deve ao fato de os militares terem aderido aos princípios do jogo

democrático ou à magnitude da mobilização popular; antes, está relacionado à perda de apoio junto à classe política.

Um dos aspectos mais notáveis do livro é a ampla gama de fontes utilizadas pelo autor para defender seus argumentos e proporcionar uma compreensão abrangente do assunto. Pitts se baseia em uma variedade diversificada de fontes primárias, incluindo 19 arquivos no Brasil, Portugal, Estados Unidos, Espanha e Reino Unido. Além de documentos governamentais oficiais, registros arquivísticos e memórias de figuras políticas centrais, que estiveram envolvidas na transição do governo militar para a democracia, o autor se baseia em arquivos de jornais. Soma-se a isso, a incorporação de entrevistas de história oral com figuras políticas proeminentes, incluindo ex-governadores e deputados, o que adiciona um recurso valioso ao livro. O resultado do trabalho de Bryan Pitts é uma análise abrangente e equilibrada do complexo contexto histórico do início dos anos 1980. O autor navega pela intrincada teia de alianças políticas, lutas sociais e influências internacionais com notável clareza, tornando o assunto acessível a acadêmicos e leitores em geral.

Until the Storm Passes, de Bryan Pitts, é uma contribuição substancial para a pesquisa sobre a ditadura militar e sobre o processo de democratização no Brasil. O relato histórico do livro é bem fundamentado e extensamente referenciado (incluindo o uso criativo e bem-vindo de códigos QR, que concedem acesso a discursos originais de figuras políticas-chave), tornando-o um recurso valioso para pesquisadores e acadêmicos interessados na política latino-americana e no processo de democratização. O livro é um trabalho exemplar que mescla habilmente a investigação histórica com uma narrativa envolvente.

Recebido: 07/08/2023

Aprovado: 22/08/2023